

AGRICULTURA FAMILIAR NORDESTINA, POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA ALIMENTAR**César Nunes de Castro**

Especialista em políticas públicas na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.
E-mail: <cesar.castro@ipea.gov.br>.

Rogério Edivaldo Freitas

Técnico de planejamento e pesquisa na Dirur/Ipea. *E-mail:* <rogerio.freitas@ipea.gov.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2708>

A notável expansão da produção agrícola brasileira nas últimas décadas não foi uniforme no território e nem com relação a espécies cultivadas e por tipo de produção animal. Algumas lavouras prosperaram significativamente mais que outras e se expandiram em ritmo mais acentuado. É o caso, por exemplo, da produção de soja, especialmente no centro-sul brasileiro. Nesse cenário, como se comportou a evolução da produção de itens básicos da alimentação da população brasileira, produtos voltados eminentemente para o mercado interno? Essa é uma das perguntas que, orientada por determinados recortes, fundamenta este estudo.

Para tentar responder a tal pergunta, analisa-se, por meio dos dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativo a 2017, a produção da agricultura familiar nordestina de alguns produtos agropecuários selecionados que se constituem em itens da cesta básica regional. A partir dessa análise, relaciona-se a produção da agricultura familiar e a segurança alimentar regional e das próprias famílias de agricultores e, por último, investiga-se a conexão da agricultura familiar, por intermédio da produção de itens básicos, com programas federais promotores da segurança alimentar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), promotores da segurança alimentar na região.

Tais programas, bem como sua ligação com a agricultura familiar e seus impactos sobre a segurança alimentar regional, constituem o segundo, e maior, objetivo deste estudo. De que modos esses programas contribuem para a segurança alimentar da região Nordeste? De que maneira estes se relacionam com a agricultura familiar regional? O Nordeste exemplifica

um cenário em que os agricultores familiares já foram inseridos em algum grau pelas respectivas políticas, contribuindo com objetivos mais amplos destas.

Entretanto, esse nível de envolvimento e articulação ainda é oscilante e em boa medida incompleto. A superação dessa incompletude em direção a uma articulação mais estruturada para os programas e inclusiva para os respectivos produtores agropecuários passa por elementos básicos. Um desses elementos é a proposição de soluções de médio e longo prazo para os limitantes a um melhor desempenho no Nordeste na produção de alimentos básicos.

Esse não é um arranjo trivial à medida que requer, também, a harmonização e a concatenação de diferentes esferas de atuação governamental (municípios, estados e União). E, nessa mesma tônica, melhoria e fortalecimento contínuos das condições de inserção desses produtores nos respectivos programas. Diante dos desafios fiscais dos diferentes entes federativos nacionais (União, estados e municípios), é pouco provável que os valores alocados no PAA no curto prazo sofram majoração significativa – pelo contrário, o risco maior, no curto prazo, é de redução dos montantes destinados ao programa. Contra essa ameaça, e em defesa de tal programa, deve-se enfatizar a importância deste como medida de incentivo para a produção da agricultura familiar nordestina.